



A Teoria e prática do restauro arquitetônico: A influência da cultura europeia e seus desdobramentos na realidade brasileira

Theory and practice of architectural restoration: The influence of European culture and its developments in the Brazil reality

Claudio Galli*, Jéssica de Fatima Rossone Alves**, Juliana Maria Sampaio Faria***, Kelly Dias Tagliati****, Nicola Mari*****, Simone Patrícia Becker***** e Roberto Mingucci*****

*Professor de Restauro Arquitetônico do Curso Engenharia Edile Architettura da Universidade de Bologna / Bologna, Itália, c.galli@unibo.it.

**Graduada em Arquitetura e Urbanismo (2016) pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com período de graduação sanduíche na Universidade de Bologna (2013/2014). É integrante do Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA/UFJF) e mestranda em Ambiente Construído pela UFJF (2016/2018)/ Juiz de Fora, Brasil, jessica_rossone@hotmail.com.

***Graduada em Arquitetura e Urbanismo (2015) pelo Centro Universitário UNA, com período de graduação sanduíche na Universidade de Bologna (2013/2014)/ Belo Horizonte, Brasil, juliesampaio@hotmail.com.

****Graduada em Arquitetura e Urbanismo (2016) pela Uni-

versidade Federal de Juiz de Fora, com período de graduação sanduíche na Universidade de Bologna (2013/2014)/ Juiz de Fora, Brasil, kellytagliati@hotmail.com

*****Especialista e tutor na disciplina de Restauro Arquitetônico do Curso Engenharia Edile Architettura da Universidade de Bologna / Bologna, Itália, nicola.o.mari@gmail.com.

*****Graduada em Arquitetura e Urbanismo (2015) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com período de graduação sanduíche na Universidade de Bologna (2013/2014)/ São Leopoldo, Brasil, simbecker13@gmail.com.

*****Professor Emérito de Desenho do Curso Engenharia Edile Architettura da Universidade de Bologna / Bologna, Itália, roberto.mingucci@unibo.it.

Resumo

Este trabalho consiste em uma avaliação da história da teoria e a prática do restauro na Europa e no Brasil, a partir da percepção de estudantes brasileiras do programa de mobilidade acadêmica em Bolonha, Itália. Destacamos que o Brasil basicamente segue uma história que é semelhante à europeia, embora com momentos diferentes e com características próprias. Fundamentada em leis e organizada pelo órgão IPHAN, a preservação e conservação dos bens culturais no Brasil tem o desafio de manter uma reflexão equilibrada entre a teoria e a prática, com o propósito de preservar a identidade dos diferentes grupos da sociedade brasileira.

Palavras-chave: preservação, identidade social, tutela, história do restauro

Abstract

This work is an evaluation of the history of theory and practice of restoration in Europe and Brazil, from the perception of Brazilian students in academic mobility program in Bologna, Italy. We emphasize that Brazil follows basically a story that is similar to the European, although at different times and with its own characteristics. Based on laws and organized by IPHAN, the preservation and conservation of cultural property in Brazil has the challenge of maintaining a balanced reflection between theory and practice, in order to preserve the identity of the different groups of Brazilian society.

Keywords: preservation, social identity, protection, history of restoration

O restauro no Brasil e na Europa

O panorama cultural europeu, em matéria de conservação e restauro dos monumentos, se distingue daquele brasileiro em consequência das diferentes origens das disciplinas, que se desenvolveram em épocas diversas, e dos fatos históricos que diferem o continente europeu do latinoamericano. No entanto, apesar da problemática relacionada com a afirmação dos princípios e do desenvolvimento da disciplina na Europa e no Brasil, que se distinguem no tempo, existem pontos em comum devido ao fato de que o dilema de se restaurar ou conservar afeta todas as culturas em fase de formação de sua própria identidade, apesar de suas características próprias e diversas.

A disciplina do restauro aprimorou-se como tal na Europa no século XIX através de contínuas e refinadas pesquisas e da preparação dos arquitetos restauradores, que certamente determinaram forte influência sobre o Brasil, seja nas ide-

ologias, seja na instituição das modalidades de proteção. Assim sendo, é útil refletir sobre o desenvolvimento dos conceitos e metodologias que caracterizam o restauro na Europa para individuar, em seguida, os pontos de confluência e de segregação que marcaram o restauro no Brasil.

É inegável que a Europa, especialmente a Itália, representa um centro ativo de discussão teórica, pesquisa experimental e formação prática, e, como tal, ainda é capaz de delinear diretrizes atuais de alto nível e rigor científico, representando um ponto valioso de referências e intercâmbio dialético. Por esse motivo, cada vez mais estudantes e arquitetos brasileiros realizam seus cursos de pós-graduação e PhD, em termos de restauro, nas universidades italianas.

Os diferentes países que compõem a Europa tem uma raiz em comum, que é representada pela presença de muitos centros históricos, sítios ar-

queológicos e monumentos. Este é um fato distinto, em comparação a outros continentes, que colabora para a criação de uma identidade coletiva, onde os monumentos possuem origem milenar, datando da época do desenvolvimento da cultura grega e a expansão do Império Romano, o qual deixou vestígios de si não só na própria Europa, mas também em toda a bacia do Mar Mediterrâneo, chamada pelos romanos de Mare Nostrum. Este reconhecimento se torna oficial a nível europeu no final de 1975, na Carta Europeia do Patrimônio Histórico e na Declaração de Amsterdã (CARBONARA, 1997).

Da mesma forma, os vinte e seis estados e o Distrito Federal que compõem o Brasil, estendidas territorialmente quase como toda a Europa, tem sua história constituída do seu patrimônio cultural tangível e intangível, os quais representam as tradições e as raízes autênticas do país. O seu reconhecimento e defesa se encontram na Constituição Federal Brasileira de 1988, seção II, art. 215, que dispõe que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, (...) protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”, através de um plano nacional para a salvaguarda da cultura e valorização do patrimônio cultural e histórico e da qualificação do indivíduo para a gestão da cultura em

suas múltiplas dimensões, tendo em vista que o patrimônio representa a identidade e a memória dos diversos grupos da sociedade brasileira.

Teoria e prática do restauro na Europa

Nas nações europeias, o restauro coincide com o maior fervor nos estudos sobre a Idade Média e na intensa reformulação de suas próprias histórias no sentido de criar uma identidade nacional. Esse propósito é então concretizado com o “restauro em estilo” de igrejas e castelos que melhor representavam o esplendor do passado, na qual a obra poderia ser reconduzida “a um estado de perfeição que nunca poderia ter existido em qualquer momento”, conforme teorizado por Viollet-le-Duc.

Nessa época, é atribuído ao restauro um significado social, cultural e político em diversos países europeus. Na Grã-Bretanha, o restauro em estilo goza de uma longa e ininterrupta tradição. Nos países germânicos, os projetos de restauro das Catedrais de Colônia, de S. Stephen, de S. Maria Speyer e da fachada da Catedral de Estrasburgo podem ser elencados como exemplos. Além destes, tem-se na Espanha as Catedrais de S. Maria de Regla Leon e de Burgos. Na Itália, onde esta atitude se manifestou até as primeiras décadas do século passado, destacam-se as fachadas de Santa Maria del Fiore e Santa Croce em Florença, as Catedrais de Arezzo e Amalfi e a “medievalização” de uma cidade inteira, Bolonha, por Alfonso Rubbiani (CARBONARA, 1996).

Uma importante contribuição após a fase de fundamentação do restauro aparece no final do século XIX através de Camillo Boito e Alois Riegl, que vão além das posições extremas de Viollet-le-Duc, de um lado, e John Ruskin, do outro, para fazer uma reflexão crítica e complexa que definiu o campo disciplinar e constituiu um conjunto orgânico de regras.

Boito desenvolve seu modo de intervir nos monumentos sobre a dialética entre a reconstrução e autenticidade, inserindo-se numa posição intermediária entre a repriminção e falsificação de Viollet le Duc e da atitude antirestauro fatalista apoiada por Ruskin. Na Carta de Restauro apresentada ao Congresso de Engenheiros e Arquitetos em 1883, ele fundamenta as intervenções em monumentos em categorias distintas, de acordo com a idade em que eles pertencem - clássica, medieval e renascentista - definindo atitudes mais conservadoras, respectivamente, para a primeira categoria e, gradualmente, mais liberdade para as outras, e ainda de acordo com dois princípios básicos que são a “mínima intervenção” e “distinguidade figurativa” entre o antigo e o novo, certificando-se, então, de manter todas as adições e estratificações que foram feitas sobre o monumento ao longo do tempo, não devendo ser consideradas irrelevantes.

Riegl, mais ativo no nível teórico que no prático, analisa as razões da conservação e elabora a teoria dos valores - do passado e do presente - os primeiros úteis para realizar uma análise crítica

sobre a noção de monumento e estabelecer um julgamento detalhado da relevância da obra, e que, em seguida, vai orientar o ato subsequente de conservação e restauro. Os conflitos entre valores do passado e valores do presente não são insolúveis para Riegl, mas devem ser equilibrados em função do estado do monumento e do contexto social e cultural em que ele se apresenta (CARBONARA, 1997).

As ideias de Boito foram desenvolvidas mais tarde na Itália por Gustavo Giovannoni, autor da Carta Internacional do Restauro de Atenas de 1931, em conjunto com o francês Paul Léon. Giovannoni reestabelece as ideias do restauro filológico atribuindo grande importância para a compreensão do monumento com uma abordagem positivista tardia mediante a realização de levantamentos diretos e precisos, os quais assumem um papel crucial conjuntamente com as pesquisas indiretas realizadas nos arquivos. O teórico italiano define cinco categorias de intervenção nos monumentos, porém, a sua verdadeira inovação é a sensibilidade para todo o centro histórico e o patrimônio urbano, cuja salvaguarda e adaptação às funções modernas tornam-se o centro de sua pesquisa (GIOVANONNI, 1931). A teoria do *sventramento*¹ se opõe à teoria do *diradamento*² através de um estudo cuidadoso da cidade e de todas as suas características e peculiaridades, para agir com consciência e responsabilidade, permitindo pequenos adaptações para possibilitar usos mais funcionais e modernos na cidade.

1. Expressão que designa uma grande interferência no tecido urbano histórico.

2. Expressão que designa uma interferência menos impactante no tecido urbano histórico em comparação ao *sventramento*.

A rigurosidade do pensamento de Riegl e os seus conceitos formulados com base em atos contínuos de julgamento aproxima o teórico,

(...) visto por alguns como o precursor da ‘pura conservação’, (fundada sobre a estabilidade do valor histórico-documental, certamente considerada por ele, em contraste com a subjetividade e mutabilidade da apreciação estética), aos posteriores desenvolvimentos do ‘restauro crítico’ e do pensamento de Cesare Brandi - tradução dos autores (CARBONARA, 1997).

Brandi funda sobre o contraste dialético entre instância histórica e estética a intervenção do restauro, que constitui sempre um caso em si, não enquadrável em categorias e nem em teorias extremas que serão desenvolvidas posteriormente, como a *manutenzione e ripristino* desenvolvida por Vaccaro (1989) e Marconi (1984) e a *pura conservazione o integrale*, conforme Dezzi Bardeschi (1991). Uma recomposição das posições extremas, que não coloca regras rígidas ou categorias a priori, mas que se baseia sobre o ato crítico de compreensão é o restauro crítico-conservativo, teorizado por Giovanni Carbonara.

A realidade do restauro no Brasil e na Itália – algumas considerações

Durante os anos 1920 e 1930, se firma no Brasil uma sensibilidade para o patrimônio histórico. A Semana de Arte Moderna, promovida em São Paulo em

1922, desencadeia um grande debate sobre o valor da arte moderna brasileira, provocando grandes transformações no pensamento intelectual, político e cultural do país na época (CUNHA, 2010).

De um lado, há a apreciação da arte nacional, livre de influências estrangeiras, e do outro, nasce a consciência e afirmação do valor da arte do passado. Cunha (2010) afirma que esse momento foi importante na estruturação oficial do serviço público e jurídico que promoveu a salvaguarda do patrimônio artístico e histórico brasileiro. Neste novo contexto cultural e político, propício para promover a identidade nacional através do governo Getúlio Vargas, se materializa a necessidade de criar uma instituição para a proteção dos monumentos. Logo, o Ministro Gustavo Capanema funda, em 1934, a Inspeção dos Monumentos Nacionais (IPM).

Sucessivamente, em 30 de novembro de 1937, Vargas aprova o Decreto-Lei n. 25 que “Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937). Ainda em vigor, este decreto é o precursor da proteção do patrimônio no Brasil, e estabelece, por meio dos seus capítulos, o significado de patrimônio histórico e artístico (Capítulo I), as modalidades para a emissão do tombamento (Capítulo II) e um conjunto orgânico de regulamentação dos deveres dos proprietários de bens (Capítulos III, IV e V).

A complexa gestão do patrimônio histórico é feita por um órgão específico, cuja instituição se deu

através do artigo 46 da Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937, “com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937). No princípio o órgão era chamado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), mas atualmente opera sob o nome de Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Na Itália, após a sua unificação, a tutela dos bens culturais foi efetuada de modo sistemático a fim de alcançar “unidade metodológica e de direcionamento” – tradução dos autores (FACCIOLI, 1898) com a criação dos Órgãos Regionais em 1891, para a conservação dos monumentos, e sucessivamente com a instituição da primeira Superintendência por Corrado Ricci em Ravena, no ano de 1897. As leis, já presentes no Estado Pontífice desde 1820, publicadas pelo Cardinal Pacca, foram resgatadas pelo Estado Italiano em 1902 e posteriormente revisadas sob o regime fascista de Mussolini, em 1939. A Lei nº 1497 tratava da tutela da paisagem, enquanto que a Lei nº 1089 do que era de interesse histórico e artístico. (ITÁLIA, 1939). Em 2004, elas foram substituídas pelo Decreto-Lei nº 42, chamado Codice Urbani (ITÁLIA, 2004). Assim como a legislação brasileira, ele é dividido em cinco partes e trata de conceitos e de formas de tutela.

No Brasil, as atividades realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional são diri-

gidas primeiramente por Rodrigo de Melo Franco de Andrade, entre os anos de 1937 e 1968. Essa fase é conhecida como “Fase Heroica” devido ao empenho positivo do diretor de tentar propagar pelo país novas ideias destinadas a criar uma cultura e uma identidade nacional (FONSECA, 2005). Todavia, as intervenções realizadas nesse período são orientadas, de acordo com Cunha (2010), pelo restauro estilístico e são conduzidas sem preparação suficiente sobre a arquitetura brasileira e suas técnicas construtivas.

Os arquitetos envolvidos neste momento são os mesmos que operam com novos projetos, privados de estudos adequados e experiência, analogamente ao que aconteceu na França durante o período de empirismo, que precede o advento de Viollet-le-Duc e seus estudos sistemáticos destinados a um profundo conhecimento da arquitetura medieval francesa (CESCHI, 1970).

Na Europa a prática da repristinação nos monumentos foi difundida no decorrer do século XIX. Nesta modalidade de intervenção sobre o antigo se subtrai somente o cenário romano graças a pesquisas e a uma maturação alcançada no nível cultural devido a figuras proeminentes, como Carlo Fea e Antonio Canova, e às experiências precedentes amadurecidas no campo da pintura e da escultura. As intervenções realizadas nesse período nos monumentos arqueológicos romanos por Stern e Valadier representam casos isolados, que serão seguidos por uma regressão no campo do



Figura 1. Exemplos de edifícios antes e após intervenções. Acima (01 e 02) Ouro Preto, Liceu das Artes e Ofícios. Fonte: Revista do Patrimônio, nº 22, p.111 apud CUNHA, 2010, p.83. Abaixo (03 e 04) Atibaia, Antiga Casa de Câmara e de Cadeia. Fonte: GONÇALVES, 2007, pp.142 e 158, apud CUNHA, 2010, p. 81.

restauro influenciada por novas ideias provenientes da França, que invadem toda a Europa e que encontram resistência no campo teórico de John Ruskin e da Society for the Protection of Ancient Buildings – SPAB (PEROGALLI, 1954).

Assim como no continente Europeu, as primeiras intervenções feitas no Brasil seguem a repriminção por negligenciar o valor historiográfico da estratificação e do tempo transcorrido. Cunha (2010) afirma que os modernistas do patrimônio, emba-sados na Carta de Atenas de 1933, perpetuavam

na memória das cidades e de seus cidadãos somente aqueles bens que se apresentavam como herança positiva, criando um impacto emocional e unificador enquanto exaltavam o valor simbólico do monumento assim como foi pensado em sua concepção, com a finalidade de revelar o passado como fonte de identidade nacional. Os trabalhos conduzidos no Liceu das Artes e Ofícios em Ouro Preto, atual Cine Vila Rica, e na Antiga Casa de Câmara e Cadeia em Atibaia (Figura 01), são exemplos da busca pelo “modelo” considerado ideal, visto que apresentam características diferentes antes e depois das obras realizadas.

Segundo a mesma autora, a repriminção foi também utilizada nas intervenções em centros históricos protegidos, como Ouro Preto, tanto em edifícios pontuais quanto na realização de novas expansões urbanas, cuja tendência era recriar a morfologia do tecido urbano com a construção de novas edificações em ‘estilo antigo’ para evitar descaracterizações. Essa forma de atuar certamente contribui para criar uma harmonia ambiental sem dissonância, mas não considera as ações dinâmicas, complexas e mutáveis que constituem a cidade, ocultando assim a veracidade histórica.

Segue então um segundo momento denominado “fase moderna”, que vai de 1968 a 1990, no qual se dá a ampliação do conceito de bem cultural e ocorrem modificações na estrutura do IPHAN (FONSECA, 2005). A administração começa a ser mais equilibrada e efetiva no fim da década de

sessenta com a criação dos primeiros órgãos de defesa do patrimônio em nível estadual, motivados pela elaboração da Carta de Veneza de 1964. Na década de setenta diversos acontecimentos contribuíram para o fortalecimento da proteção do patrimônio nacional. Verificam-se grandes transformações na organização dos Órgãos de proteção, a fim de superar as dificuldades ligadas a uma Instituição centralizada, que não representava todo o território.

Na mesma época, foi realizado em Brasília um encontro entre os governadores dos Estados para criar acordos em prol de um desenvolvimento urbano que estivesse em sintonia com as ações de proteção da cidade. Esta reunião resultou, em 1973, na formulação do Programa de Cidades Históricas (PCH), cujo objetivo principal era dar suporte ao desenvolvimento do turismo em cidades históricas. Também levou, após três anos da instauração do programa, à criação de Institutos Estaduais e Municipais, com a intenção de alcançar a proteção de maneira orgânica em todo o território. Em 1975, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), a fim de realizar estudos e pesquisas que contribuíssem para amadurecer o conceito de bem cultural. (CUNHA, 2010).

Analogamente a esse contexto, ocorre nos anos sessenta um desenvolvimento e sistematização das disciplinas das áreas humanas na Itália - antropologia, sociologia e ciências humanas em geral, colaborando para a ampliação do conceito

de bem cultural (CARBONARA, 1997). Este passa a abranger muitas categorias, tanto materiais como arquiteturas menores e objetos de uso cotidiano, quanto imateriais como tradições e costumes populares, assumindo dessa forma o conceito de patrimônio cultural, o qual define a identidade de um povo. O patrimônio assim concebido entra para o ordenamento jurídico italiano (Commissione Parlamentare Franceschini, 1964), marcando uma ruptura cultural entre o bem como uma simples fonte de interesse e beleza e o bem que constitui testemunha material com alto “valor de civilidade”, tornando-se assim um dos fundamentos da instituição da sociedade civil italiana.

Para o Brasil, o conceito de patrimônio cultural adquire um significado especial devido às múltiplas culturas e bens presentes nas diferentes realidades regionais e em virtude de uma ligação direta entre o desenvolvimento econômico e social do país e o crescimento da consciência civil sobre o legado cultural. As diferentes culturas representam um legado estratégico e os indicadores sobre os quais se deseja criar um desenvolvimento compatível com suas peculiaridades. A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, amplia o campo de ação e os bens a serem protegidos e oficializa o valor da cultura popular, indígena e afro-brasileira.

Os trabalhos de restauro realizados neste período são, entretanto, afetados pelas dificuldades do contexto vivido no país, e seguindo os dita-

mes da repristinação, edifícios foram restaurados para a sua forma original, com base em documentos, evidências e estudos analíticos, mediante a remoção das partes adicionadas e a reintegração das lacunas. Conforme Cunha (2010), um exemplo é o restauro do Paço Imperial, na cidade do Rio de Janeiro (Figuras 02 e 03).



Figuras 2 (acima) e 3 (abaixo). Paço Imperial, Rio de Janeiro, década de 1980, antes e depois das obras de restauro. Fontes: Figura 2 – Revista do Patrimônio, nº 20, pp. 141, apud CUNHA, 2010, p.119/ Figura 3 – Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pa%C3%A7o_Imperial> Acesso em: 11 out. 2016.

Em nível ambiental, a proteção da paisagem urbana segue um caminho difícil, à medida que novas

edificações são construídas nas proximidades de edifícios históricos, sem a devida reflexão sobre a qualidade de suas inserções. Um exemplo são as intervenções feitas na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, onde grandes estruturas foram implantadas nas mediações de edifícios históricos (Figura 04) (CUNHA,2010). Porém, a sensibilidade ao tecido construído se transforma lentamente, sendo possível ver algumas conquistas logo na década de setenta, como o Plano Diretor do Pelourinho (PLANDIP), criado entre os anos de 1975 e 1979, e o Projeto Piloto participativo para o restauro do Centro Histórico de Olinda, de 1980 (Figura 05). Todavia, ambos não foram concluídos por descontinuidade do governo como relata a Revista do Patrimônio Históricas e Artístico Nacional (1986, apud CUNHA, 2010).

A terceira fase, que se inicia em 1990 e se estende aos dias atuais, se caracteriza pela expansão da tutela dos bens culturais imateriais e de efetivos programas de financiamento para salvaguarda dos bens culturais. Em 1991, a Lei Rouanet foi promulgada com a finalidade de apoiar a cultura com três fontes de financiamento: mediante o Fundo Nacional para a Cultura - FNC, Fundos para o Investimento Cultural e Artístico - Ficart e incentivos para aqueles que concebem, constroem e expandem a cultura. Na década de 90 foi instituído o Programa Monumenta, com o objetivo de fomentar o restauro em escala urbana dos bens públicos ou privados, a partir de outras formas de financiamento e gestão (BRASIL, 2005). Ao todo,



Figuras 4. Conjunto Arquitetônico da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro. Fonte: COSTA, 1999, pp. 229, apud CUNHA, 2010, p. 113. Figura 5. Projeto Piloto da Ladeira da Miseri-



26 cidades participam efetivamente do programa, mas há previsão da futura participação de mais de 80 cidades. Os bens intangíveis também foram contemplados através do Decreto-Lei 3551 em 2000, que institui o Registro do patrimônio imaterial e permite o inventário, a documentação e incentiva a permanência das práticas socioculturais.

Em 2007, foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com a finalidade de sistematizar o planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana e logística, as quais contribuem para o rápido desenvolvimento das cidades. A partir de 2011 começou a segunda fase de intervenção do plano estratégico, e até 2013, o programa investiu mais de 1,300 bilhões na recuperação de edifícios públicos e privados em 44 municípios prioritários (BRASIL, 2007).

A formação dos arquitetos brasileiros e italianos

A proposta de formar profissionais em patrimônio cultural no Brasil já estava sendo discutida no encontro ocorrido em Brasília nos anos 1970, onde foi evidenciada a necessidade de implantar cursos especializados capazes de fornecer o conhecimento útil para a devida intervenção nos monumentos e para lidar corretamente na área. O percurso de ensino de restauro teve início em 1972 na Universidade de São Paulo, e somente com a Portaria n. 1.770, de 21 de dezembro de 1994, as escolas de arquitetura incluíram em seus planos de ensino as disciplinas relacionadas

às Técnicas Retrospectivas (FARAH, 2010), que ainda não está presente em todas as faculdades.

Ainda que esta Portaria não seja atendida por todas as entidades envolvidas no ensino de arquitetura no país, considera-se digno ressaltar o esforço das que o fazem, e a qualidade com a qual as disciplinas são ministradas. Em nível de Ensino Superior, o tema é abordado de forma mais abrangente na graduação. Para os arquitetos que se interessam em seguir no campo da preservação e do restauro, existe a possibilidade de ingressar nos cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) ofertados em algumas Universidades. Dentre eles destaca-se o Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE), da Universidade Federal da Bahia, fundado em 1981 como Curso de Especialização e aprovado em 2009 pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) como Mestrado. Considerado um curso de excelência, foi reconhecido pela UNESCO e IPHAN como um dos melhores programas mundiais de formação na área de preservação cultural.

Outra medida que influenciou diretamente na formação dos arquitetos brasileiros foi a criação do programa Ciência sem Fronteiras, em 2011, no qual o país promoveu durante quatro anos o intercâmbio acadêmico e o contato entre os jovens envolvidos com as culturas e sensibilidade

europeia, o que lhes permitiu também consolidar o conhecimento sobre o patrimônio cultural nas suas mais variadas categorias.

Através deste programa, estudantes de áreas relacionadas à Construção Civil, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias e suas tecnologias, por exemplo, tiveram a oportunidade de cursar parte de suas graduações, mestrados ou doutorados no continente europeu, mais especificamente na Itália, ampliando seus horizontes e conhecimentos sobre a teoria do restauro e sobre as intervenções nos ambientes construídos detentores de valores históricos e culturais. As universidades italianas representam uma oportunidade importante para muitos estudantes brasileiros devido à excelência da pesquisa e da formação no âmbito dos patrimônios culturais.

O percurso formativo italiano tem início em 1920 com Gustavo Giovannoni, que funda a primeira faculdade de arquitetura na Universidade La Sapienza de Roma e cria a disciplina *Restauro dei monumenti*, ministrada diretamente por ele e Guglielmo de Angelis D'Ossat. Em seguida estabeleceu, em 1957, a *Scuola di Specializzazione in Restauro dei monumenti*, que atualmente existe em várias universidades italianas. Não pode ser negligenciada, contudo, a contribuição do *Istituto Centrale del Restauro*, atualmente ISCR, fundado por Cesare Brandi em 1939, que desempenha um papel de coordenação no desenvolvimento e divulgação de metodologias, técnicas de pesqui-

sa e novos materiais funcionais para intervenção no patrimônio histórico e cultural.

Nas universidades italianas o debate no campo do restauro sempre foi fecundo, e nas últimas décadas o desenvolvimento de um diálogo construtivo favoreceu importantes desdobramentos conceituais da disciplina, caracterizada por três diferentes escolas de pensamento: *la conservazione integrale*, *il restauro quale manutenzione e ripristino*, *il restauro critico conservativo*. A consolidação dos monumentos, muito estudada na Itália, também é considerada um ato cultural de síntese entre os aspectos histórico-crítico e necessidades de melhorias estáticas e sísmicas, que é alcançada com uma abordagem cultural partindo de uma nova visão, sem alterar a concepção autêntica do edifício (GALLI, 2013). A pesquisa sobre o funcionamento e a construção é favorecida por uma ampla distribuição de superintendências, que atuam em todo território italiano, e que possuem uma longa tradição sobre patrimônio cultural.

Considerações Finais

A história do restauro no Brasil remete ao que se seguiu na Europa, embora em momentos diferentes e com características próprias, sendo natural que o amadurecimento e o reconhecimento da cultura tenham seu lugar com perspectivas semelhantes.

Atualmente, o conceito do restauro se desdobra em diferentes realidades, tanto na Europa

e, principalmente na Itália com as diversas correntes coexistentes, quanto no contexto latino-americano, e mais especificamente no Brasil. Entende-se que tais desdobramentos interferem diretamente no ensino da disciplina do restauro e nas intervenções restaurativas. É necessário lidar com os riscos de uma visão restaurativa como mera recuperação e até mesmo somente como conservação. Neste sentido, uma reflexão equilibrada ao longo de uma linha crítico-conservativa encontra o seu amadurecimento na tentativa de combinar teoria e prática.

Aos poucos, são abandonadas posições extremas, sejam aquelas orientadas para a manutenção e ripristino defendida por Paolo Marconi, com a diferenciação entre o restauro arquitetônico e as medidas restaurativas direcionadas aos demais bens, ou aquelas orientadas para a *pura conservazione* ou conservação integral, defendida pela escola de Milão, mais especificamente por Marco Dezzi Bardeschi e Amedeo Bellini, para chegar a um julgamento maduro diante das realidades específicas e consequentes decisões, orientadas de acordo com os princípios da avaliação crítica-conservativa defendida por Giovanni Carbonara, na qual estão incluídos a dialética entre conservação e desenvolvimento, aprimoramento, reutilização e melhoria sísmica-estrutural do bem, sendo capaz de salvaguardar os infinitos valores do patrimônio construído. Neste contexto, é imprescindível mencionar os estudos de Stella Casaiello, Roberto Cecchi, Paolo Fan-

celli, Gianfranco Spagnesi e B. Paolo Torsello, que juntamente com os teóricos mencionados anteriormente configuram as nove correntes de pensamento sobre o tema no contexto italiano na atualidade. (KÜHL, 2009)

Estudantes brasileiros que participaram do curso de Restauro architetonico na Universidade de Bolonha no ano letivo de 2013-14 ganharam experiência definitivamente frutífera no plano cultural e educacional. Além da tradicional experiência acadêmica, através de aulas teóricas ministradas, a eles foi oferecida a oportunidade de contribuir com o levantamento, estudo histórico, análise construtiva e com o projeto de restauro das superfícies arquitetônicas, de pedra e decorações em afrescos, da Igreja de San Bartolomeo e Gaetano (GALLI, 2009), uma importante igreja barroca, do período histórico no qual existe rica herança também no Brasil, abordando questões cruciais para a sua futura vida profissional, contando com orientação em laboratório e in loco de vários professores e tutores da disciplina. Estes estudantes, provenientes de diversas universidades e regiões do Brasil, após vivenciarem esta experiência, retornaram ao país com muitas ideias e com visões diversificadas sobre as teorias do restauro, o que influenciou diretamente na reflexão sobre os espaços considerados patrimônio e na elaboração de projetos para os mesmos.

Ao não aceitar mais somente um ponto de vista para a projeção, amplia-se a escala e o modo de



Figuras 6 e 7. Espaço interno da Pinacoteca de São Paulo. Fonte: Disponíveis em: < <http://www.archdaily.com.br/787997/pinacoteca-do-estado-de-sao-paulo-paulo-mendes-da-rocha> > Acesso em: 7 dez. 2016.

atuação, e as intervenções encontram mais possibilidades como conservação ou conservação preventiva, restauração, reabilitação, recuperação, requalificação, revitalização, retrofit e até mesmo reurbanização. No entanto, observa-se que a conservação ainda é prioridade em muitas escolas, mesmo naquelas que aceitam a manutenção e a intervenção, de fato, sobre o patrimônio.

As várias questões do restauro relacionadas à conservação, à remoção de adições e à integração das lacunas, à atualização funcional e adaptação de planta são todas variáveis que influenciam no projeto de intervenção e devem ser resolvidos paralelamente, dando prioridade, é claro, para a conservação, tomando decisões de modo coordenado e equilibrado. Um bom exemplo é a Pinacoteca de São Paulo, cujo projeto é de autoria de Paulo Mendes da Rocha, Eduardo Colonelli e Weliton Ricoy Torres, onde forem seguidos os princípios da conservação da matéria antiga e o da recuperação de um novo espaço. O uso da cobertura de vidro e do metal, pensados com uma linguagem contemporânea, se confronta positivamente com o preexistente (Figuras 6 e 7).

Seja no âmbito Europeu, sulamericano ou brasileiro, pode-se concluir que o restauro é, antes de tudo, um projeto de arquitetura real, capaz de confronta-se com o já existente, porém privilegiando a conservação da matéria antiga e dos vestígios do passado sobre ela, a ser implementado em função das peculiaridades e características de cada bem,

rejeitando ideologias e abandonando pensamentos extremos (CARBONARA, 1990).

Referências Bibliográficas

BRANDI, Cesare. **Teoria del Restauro**, Torino, Giulio Einaudi Ed., 1977.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1988**. Decreto-lei n.25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>, acesso 30/09/2016.

_____. **Constituição Brasileira de 1988**. Capítulo III, Sessão II - Da Cultura, § 215 e 216. Disponível em <http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf215a216.htm>, acesso em 30/09/2016.

_____. Ministério da Educação e da Saúde Pública. Lei n 378, § 46, 1937

_____. Ministério do Planejamento. Programa de Aceleração do Crescimento. 2007. Disponível em <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>, acesso em 30/09/2016.

CARBONARA, Giovanni. **Avvicinamento al restauro**. Teoria, storia, monumenti. Napoli, Liguori, 1997, pp. 31-32; pp.36; pp.40, pp. 683-691; pp. 218-226.

_____. **Restauro fra conservazione e ripristino: note sui più attuali orientamenti di metodo**. Palladio, n. 6, 1990, pp.43-76.

_____. **Trattato di restauro architettonico.** Torino, Utet, 1996, Vol. I, pp.153-176.

CESCHI, Carlo. **Teoria e storia del restauro.** Roma, Bulzoni Editori, 1970.

CUNHA, Claudia dos Reis. **Restauração:** diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan. Tese de Doutorado, São Paulo, FAU-USP, 2010.

DEZZI BARDESCHI, Marco. **Restauro:** punto e da capo. Milano: Franco Angeli, 1991.

FACCIOLI, Raffaele, **Relazione dei lavori dell'Ufficio Regionale dell'Emilia Romagna, dall'anno 1892 al 1897,** Bologna, Zanichelli, 1898, p. V.

FARAH, Ana Paula. **Restauro Arquitetônico:** a formação do arquiteto no Brasil para preservação do patrimônio edificado - O caso das Escolas do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado, São Paulo, FAU-USP, 2010, pp.76-84.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. **O patrimônio em processo.** Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro, Ed UFRJ, 2005, pp. 142-155.

GALLI, Claudio. **Precedenti storici e orientamenti della normativa sismica dei beni culturali.** Regole dell'arte, intuizione e calcolo numerico, XV Convegno ANIDIS 2013, L'ingegneria sismica in Italia, Padova, 2013.

_____. **Indicazione ed elaborati grafici per il progetto di restauro architettonico.** Napoli: Liguori Editori, 2009.

GIOVANNONI, Gustavo. **Vecchie città ed edilizia nuova.** Torino: UTET, 1931.

ITALIA. L. 1 giugno 1939, n.1452

_____. L. 1 giugno 1939, n.1089

_____. Dl. 22 gennaio 2004, n.42

KÜLH, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização:** Problemas teóricos de restauro. 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

MARCONI, Paolo. **Arte e cultura della manutenzione dei monumenti.** Bari: Laterza, 1984.

MELUCCO VACCARO, Alessandra. **Archeologia e restauro.** Tradizioni e attualità. Milano: Il Saggiatore, 1989.

PEROGALLI, Carlo, **Monumenti e metodi di valorizzazione,** Milano, Tamburini, 1954, pp. 45-49

